

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA/MG**

Ao Pregoeiro do Município de Lagoa Santa/MG

Referência: **Processo Licitatório nº 162/2023**

**Pregão Eletrônico RP nº 089/2023**

**OPUS 1 ENGENHARIA LTDA. - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.430.388/0001-72, estabelecida na Rua Arthur de Azevedo Machado, 1459, salas 1910/1911, Stiep, Salvador/BA, CEP 41770-790, neste ato representada por seu Sócio Administrador, o Sr. **Antônio Fábio Oliveira Andrade**, brasileiro, divorciado, Engenheiro Eletricista, portador do RG nº 2.366.077, por seu representante legal que este subscreve, vem, respeitosa e tempestivamente ante V.Sas., com respaldo na Lei nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** pelos fatos e fundamentos a seguir explanados.

**1 – TEMPESTIVIDADE**

De acordo com o item 15.1 do edital licitatório, qualquer licitante pode apresentar suas impugnações em até 3 dias úteis anteriores à data da sessão.

Assim, tendo sido a sessão fixada em 08/08/2023, são tempestivas as impugnações enviadas até 03/08/2023, às 17h.

**2 – FUNDAMENTAÇÃO E AUTOTUTELA**

Antes de adentrar na impugnação propriamente dita, cabe à OPUS 1 ENGENHARIA LTDA. - EPP destacar que todas as decisões da Administração devem ser devidamente **fundamentadas** à luz do ordenamento jurídico, sob pena de violação ao artigo 93 da Constituição da República.

Além do dever de fundamentar, isto é, motivar as decisões administrativas, a Administração pode valer-se da autotutela, controlando seus próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos. O exercício da autotutela está disciplinado no artigo 53 da Lei do Processo Administrativo e nas súmulas números 346 e 473, ambas do Supremo Tribunal Federal

Já o dever de motivação está positivado no art. 20 do Decreto-Lei 4.657/42 – Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro e regulamentado pelo Decreto 9.830/2019.

Insta salientar que os Tribunais têm suspenso o curso de processos licitatórios em razão da ausência de motivação e fundamentação das decisões administrativas, razão pela qual a impugnante roga pela total e completa apreciação desta peça.

### **3 – MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO**

Após avaliar detidamente o Edital publicado, a OPUS 1 ENGENHARIA LTDA. - EPP detectou irregularidades na condução da presente licitação, que frustram o caráter competitivo do certame, contrariando, portanto, a Lei Geral de Licitações e a jurisprudência dos Tribunais Pátrios. Assim, serão detalhadas a seguir as incongruências verificadas com o fito de auxiliar a r. Comissão.

Conforme cediço, a Administração Pública tem discricionariedade para determinar quais serão as exigências contidas nos editais das licitações realizadas. Por outro lado, é pacífico que tais previsões devem estar alinhadas com os ditames da Lei Geral das Licitações, das Leis específicas e dos princípios que regem os procedimentos licitatórios, dentre os quais se destacam a competitividade, isonomia, impessoalidade e julgamento objetivo.

A Constituição da República de 1988, em seu artigo 37, inciso XXI, determina a realização de processo de licitação para a contratação de obras e serviços pelo Poder Público, **permitindo que os editais façam somente exigências necessárias ao cumprimento das obrigações**, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure **igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, **nos termos**

**da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.** Grifou-se.

Na legislação infraconstitucional, o assunto está disciplinado pela Lei nº 8.666/93 que, em seu artigo 3º, veda a inclusão de cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo dos certames públicos, observe-se:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010). Destaques acrescidos.

Com efeito, toda licitação ancora-se em um edital com cláusulas que restringem o objeto e o universo dos participantes, uma vez que a Administração necessita de um dado bem ou serviço (o que exclui os demais, semelhantes ou não) e de condições pessoais do futuro contratado que garantam o cumprimento do contrato, conquanto assegure e mantenha o caráter competitivo do certame.

Por este motivo, o instrumento publicado não deve conter exigências que desbordam os parâmetros da razoabilidade, conforme assevera o Tribunal de Contas da União:

A Administração, ao realizar o processo licitatório, tem o dever de exigir documentos que comprovem que a qualificação dos concorrentes está compatível com a obra que pretende contratar. É importante, porém, não confundir o cuidado que é necessário na busca de resultados eficazes, com cláusulas desnecessárias e restritivas ao caráter competitivo. Em todos os casos, as exigências de qualificação devem permanecer no patamar da razoabilidade, guardando relação

com a dimensão e a dificuldade da obra a ser realizada, para não infringir o disposto no art. 3º, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

Desta forma, por disposição constitucional e legal, as únicas exigências possíveis de serem feitas aos interessados em licitar são aquelas indispensáveis ao cumprimento do contrato, sob pena de violação do princípio da competitividade.

A Impugnante compreende o cuidado que a Administração Pública deve ter ao publicar um edital dessa magnitude, especialmente pelo fato de existirem empresas aventureiras no mercado que frequentemente causam prejuízo ao erário, além de prejudicar o interesse público.

Entretanto, o cuidado necessário ao formular o edital não pode ser exagerado ao ponto de dificultar (para não dizer impedir) a participação de boas empresas no certame.

Nesse contexto, muitas das disposições do edital trazem exigências desnecessárias, muito superiores aos requisitos exigidos nas normas técnicas aplicáveis que regem o setor, sendo, portanto, restritivas e sem fundamentação técnica que as sustente.

Logo, se as exigências forem mantidas haverá a diminuição no número de potenciais licitantes, podendo os órgãos de controle avaliar e entender pela ocorrência de direcionamento do certame a um único produto/fabricante, restringindo o caráter competitivo do certame trazendo prejuízos para a Administração Pública. Poderá haver, ainda, elevação dos preços pelo fato de exigências desnecessárias terem sido feitas.

Haja vista o caráter técnico desta impugnação, recomenda-se seu envio a profissional técnico para avaliação e encaminhamento de parecer.

### 3.1 – DA IRREGULARIDADE DE EXIGÊNCIA DE FATOR DE POTÊNCIA MÍNIMO DE 0,95

O Anexo IV do edital, uma planilha aleatória que não traz nenhum embasamento técnico ou justificativa para tais determinações, exige o seguinte:

Fator de Potência	Superior a 0,95
-------------------	-----------------

Todavia, como não há norma que exija fator de potência maior que 0,92, a exigência revela-se restritiva e, sobretudo, ilegal.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - [ANEEL](#), órgão criado por meio da [Lei nº 9.427/1996](#) e do [Decreto nº 2.335/1997](#), é responsável por regular o setor elétrico brasileiro. No exercício de suas atribuições, editou a **Resolução Normativa nº 1000/2021**, que estabelece condições gerais de fornecimento de energia elétrica no Brasil e deve ser observada por todos os distribuidores, consumidores e Administração Pública Direta e Indireta. O **artigo 302** determina que o fator de potência mínimo é de 0,92:

#### Do Fator de Potência e do Reativo Excedente

**Art. 302. O fator de potência de referência "fR", indutivo ou capacitivo, tem como limite mínimo permitido o valor de 0,92 (noventa e dois décimos) para a unidade consumidora do grupo A.**

A mesma Resolução estabelece que a exigência de medição do fator de potência pelas concessionárias é obrigatória para unidades consumidoras do Grupo A (supridas com mais de 2.300 V) e

facultativa para unidades consumidoras do Grupo B (inferior a 2300 V). Destaca-se que a iluminação pública pertence ao grupo B e a cobrança, na prática, raramente ocorre, pois demandaria a instalação de medidores de energia reativa em cada uma das unidades consumidoras, o que ainda não compensa financeiramente.

Ou seja, em termos de fatura de energia, tanto faz se a luminária tem fator de potência 0,92 ou 0,98. O valor a ser cobrado será o mesmo. Na mesma toada, uma luminária com fator de potência 0,92 não irá sobrecarregar o sistema energético nacional, visto que ele está dimensionado para operar com este fator de potência.

Sendo assim, todos os equipamentos elétricos são dimensionados para um fator de potência de 0,92 que é o exigido pelas Normas Técnicas Brasileiras.

Corroborando o estabelecido pela ANEEL, a Portaria nº 62 do INMETRO, responsável por regulamentar a qualidade para Luminárias para Iluminação Pública Viária, também estabelece que o fator de potência deve ser maior ou igual a 0,92:

#### **4.2 Requisitos de desempenho**

**4.2.1** A potência total do circuito, na tensão nominal, não pode ser superior a 110% do valor declarado.

**4.2.2** O fator de potência das luminárias deve atender aos requisitos a seguir.

**4.2.2.1** O fator de potência medido do circuito não pode ser inferior ao valor declarado por mais de 0,05, quando a luminária é alimentada com tensão e frequência nominais.

**4.2.2.2** O fator de potência deve ser igual ou maior que 0,92.

Por conseguinte, a exigência editalícia não tem amparo normativo e nem técnico, visto que se sobrepõe às Normas Brasileiras. O fator de potência maior ou igual a 0,92 atende a todas as normas e não se traduz em qualquer risco de cobrança de reativos, bem como não irá sobrecarregar o sistema elétrico nacional, mesmo porque a carga relativa à iluminação pública é pequena.

Logo, considerando a exigência feita pela ANEEL na REN 1000/2021 e pela Portaria 62 do INMETRO, o fator potência mínimo a ser considerado é de 0,92, e não faz sentido exigir que a luminária tenha um fator de potência mínimo a 0,98, pois **(i)** não há norma que obrigue os Municípios consorciados a utilizarem luminária com fator de potência somente superior ou igual a 0,98; **(ii)** o edital está impedindo irregularmente que os licitantes ofereçam luminárias cujo fator de potência seja entre 0,92 a 0,97; **(iii)** a exigência restringe o caráter competitivo do certame; **(iv)** a exigência não traz nenhum benefício técnico e econômico para os Municípios consorciados, mas o contrário disso. Deve, portanto, o edital ser alterado e republicado.

<b>3.2 – DA FALTA DE PROJETO BÁSICO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.</b>
---

De acordo com o entendimento do TCU<sup>1</sup>, o termo de referência de um edital licitatório, também chamado de projeto básico, é um documento elaborado a partir de estudos técnicos preliminares, e deve conter, necessariamente, elementos indispensáveis e suficientes para que os licitantes tenham embasamento sobre qual serviço ou produto está

sendo licitado, com um nível de precisão adequado, para caracterizar objetivamente o objeto da licitação.

Entretanto, o edital da licitação em debate traz um termo de referência raso, pouco técnico e nada detalhado. Seus termos praticamente repetem o edital e o que se tem de mais detalhado sobre o objeto licitado é o próprio texto “do objeto”, a saber: *“registro de preços para prestação de serviço de engenharia objetivando a execução de serviços de infraestrutura urbana no seguimento de iluminação pública (futuras instalação de iluminação em canteiros centrais de vias públicas, com rede subterrânea e alimentação através de medição) com fornecimento de mão de obra e material, dentro do perímetro urbano do município de Lagoa Santa”*.

O que há, em termos de especificações técnica, é uma “tabela de especificações”, nomeada como Anexo 4, que não traz em seu bojo nenhuma especificação do serviço que deverá ser prestado, como exemplo: **(i)** onde serão instalados os cabos; **(ii)** qual a forma de instalação; **(iii)** qual a distância entre os postes; **(iv)** quais são as bitolas dos cabos em cada etapa do projeto, dentre INÚMERAS outras especificações que seriam IMPRESCINDÍVEIS ao certame.

Desta feita, impugna-se a forma como o edital traz as especificações técnicas, pois **SÃO INSUFICIENTES**, tanto para **(i)** que o licitante tenha real dimensão do serviço que será prestado, tanto para que **(ii)** ele tenha dados o suficiente para elaborar uma proposta de preços objetiva.

Ademais, impugna-se o fato da planilha disposta no ‘Anexo 4’ não trazer as motivações pelas quais optou-se por aqueles requisitos. É dever da Administração Pública fundamentar e motivar suas decisões, de acordo com o art. 20 do Decreto Lei 4.657/42 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e regulamentado pelo Decreto 9.830/2019.

### 3.3 – DA EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA INÓCUOS

Uma das razões pelas quais a Administração Pública é obrigada a apresentar um termo de referência elaborado com base técnica é a garantia de que a Administração estará munida de informações suficientes acerca das reais necessidades que ensejam a licitação.

<sup>1</sup>

[http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/001.003.011.htm#:~:text=O%20termo%20de%20refer%C3%A2ncia%20ou,objeto%20da%20licita%C3%A7%C3%A3o%20\(1\).](http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/001.003.011.htm#:~:text=O%20termo%20de%20refer%C3%A2ncia%20ou,objeto%20da%20licita%C3%A7%C3%A3o%20(1).)

Como, por grande infortúnio, o embasamento técnico do termo de referência do presente certame foi falho, disso decorreu a exigência de atestados de capacidade técnica inócuos.

Isso quer dizer que os atestados que estão sendo exigidos pela Administração tratam de assunto tão triviais e fundamentais para a execução dos serviços pleiteados que não são capazes de comprovar, efetivamente, que um licitante que os apresentar estará, de fato, tecnicamente apto a prestar os serviços almejados.

- a) INSTALAÇÃO DE POSTE DE AÇO OCTOGONAL PARA ILUMINAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS (COM PELO MENOS 9M DE ALTURA), COM FORNECIMENTO DO MATERIAL RESPECTIVO NECESSÁRIO.

A exigência de que a instalação do poste seja em “espaços públicos” restringe o caráter competitivo do certame. Quem é apto à instalação de postes, é apto a instalá-lo em qualquer local. O fato de se tratar de espaço público ou privado não altera nenhuma das características do serviço, pois não traz qualquer relevância técnica.

- b) INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO EM ESPAÇOS PÚBLICOS COM ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE MEDIDORES DE ENERGIA.

Novamente, esta exigência trata de uma questão desprovida de qualquer tipo de qualificação técnica. Qualquer empresa que execute serviços para Concessionárias de Energia ou ao Póde Público, NECESSARIAMENTE executam esse tipo de serviço.

Esta exigência do edital é exemplo claro da inocuidade do documento. Qualquer rede de alimentação de energia obrigatoriamente deverá ser conectada a uma outra rede. Esta conexão pode ser direta ou passando por um medidor de energia.

Assim, uma empresa capacitada para realizar um projeto de rede de energia, com aprovação na concessionária, está automaticamente qualificada para fazer a ligação ao padrão de energia.

Portanto, a instalação do padrão/medidor pode ser feita por qualquer empresa ou pessoa física, sem que seja necessária qualquer qualificação

técnica para tal. Assim, a apresentação de um atestado de qualificação técnica com este teor não representa nenhuma qualificação técnica que de fato seja importante e necessária à prestação dos serviços.

Trata-se de uma exigência vazia, que deve ser substituída por uma exigência que tenha pertinência com o que se quer comprovar tecnicamente.

CONSTRUÇÃO DE REDE DE IP SUBTERRÂNEA EM BAIXA TENSÃO, COM FORNECIMENTO DO MATERIAL RESPECTIVO NECESSÁRIO.

Pois bem, quem está capacitado a construir uma rede de IP subterrânea ou aérea, em baixa tensão, também está, necessariamente, qualificado a executar conexões, que é a única coisa ele fará no medidor. Assim, fica mais uma vez caracterizado uma exigência que somente se justifica com o objetivo de restringir o caráter competitivo do certame, pois pede que se ateste algo tão básico que sequer tem justificativa técnica.

Insta frisar que todas as redes de energia executadas serão obrigatoriamente ligadas através do medidor de energia (padrão de energia) ou diretamente nas redes da concessionária. Além do mais, a única execução que existe nesta instalação, além da instalação civil do padrão para abrigar o medidor, são as conexões dos cabos. Se a empresa é apta a construir a rede com todas as conexões que esta terá para energizar as luminárias, como exigido no item B, necessariamente também é apta a conectar estes cabos ao padrão/medidor.

#### 4 – DOS PEDIDOS

Por todo o exposto e com supedâneo nos princípios constitucionais e dispositivos legais acima erigidos, a Impugnante requer:

- I. Seja admitida e processada a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** porque própria e tempestiva;
- II. Seja dado **integral provimento** à impugnação, sanando os vícios apontados, excluindo as exigências apontadas, bem como reabrindo o prazo legal;
- III. Por fim, requer que a **PREFEITURA DE LAGOA SANTA** proceda com a paralisação, adequação e posterior prosseguimento deste certame.

Nestes termos, pede deferimento.

Salvador, 3 de agosto de 2023.

---

Antonio Fabio Oliveira Andrade  
OPUS 1 ENGENHARIA LTDA. - EPP